

ano 1 - dezembro 2014

TEXTO PARA
DISCUSSÃO
02

Transição demográfica e migrações internacionais:

O Brasil na rota dos países desenvolvidos?

Por Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira

realização
PLATAFORMA
POLÍTICA
SOCIAL
AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO

www.plataformaplitasocial.com.br

Transição demográfica e migrações internacionais: o Brasil na rota dos países desenvolvidos?

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira¹

RESUMO

A partir da constatação de que o país atingiu uma etapa na evolução demográfica onde predominam baixos níveis na taxa de fecundidade total e o aumento da expectativa de vida ao nascer, este artigo, tem por objetivo sistematizar as relações entre os estágios da transição demográfica e as migrações internacionais, reunindo experiências e evidências empíricas que permitam contribuir para o entendimento sobre para onde caminha o comportamento desses fenômenos no Brasil e contribuir para o debate sobre a pertinência ou não da aplicação de políticas de incentivo à natalidade e à imigração internacional para fazer frente aos desafios que serão colocados pela dinâmica populacional num cenário de médio prazo. A história registra que em vários momentos estágios da transição demográficas e etapas dos movimentos internacionais de população apresentaram forte correlação, no sentido de acionar a mobilidade espacial dos indivíduos para equacionar os desequilíbrios entre os desenvolvimentos econômico e social e população, sendo expulsando, atraindo ou inibindo os fluxos migratórios. Num quadro onde os países para enfrentar as questões colocadas pelo envelhecimento populacional se enquadram entre *sociedades fechadas* – onde a reprodução deve ser fundamentalmente biológica, nesse sentido apostam em políticas natalistas; ou *sociedades abertas* – nas quais a reprodução deve ser também social, de modo que incentivam políticas de atração de migratória, parece que a saída para o país seria a aplicação de um “modelo híbrido”, que combinasse políticas de incentivo à natalidade com as políticas que atraíam imigrantes. Contudo, para que tais políticas pudessem efetivamente resultar no enfrentamento das questões demográficas que se colocam, deveriam, necessariamente, ser uma das dimensões das políticas públicas universais que façam frente os desafios aos limites estruturais na distribuição de renda, nas relações de trabalho, no financiamento da proteção social, nas desigualdades no acesso de bens e serviços básicos, ou seja, de um projeto de desenvolvimento que incorpore a dimensão social.

Palavras chaves: transição demográfica, migrações internacionais, políticas de incentivo à natalidade, políticas migratórias.

¹ Pesquisador do IBGE.
Pós-doutorando no Departamento de Ecología Humana y Población,
Facultad de Sociología II – Universidad Complutense de Madrid.

ABSTRACT

From the realization that the country has reached a stage in demographic change, where low levels on total fertility rate and the increase in life expectancy at birth, this article aims to systematize the relations between the stages of demographic transition and international migration, gathering experiences and empirical evidence to enable it to contribute to the understanding of the behavior of these phenomena in Brazil. In this way, contribute to the debate about the relevance or otherwise of the implementation of policies to encourage birthrate and immigration for international challenges that will be posed by population dynamics in a medium-term scenario. History records that in various stages of demographic transition moments and stages of international movements of population showed strong correlation in order to trigger the spatial mobility of individuals to equate the imbalances between economic and social development and population, extruding, drawing or inhibiting migration flows. In a context where the countries to address the questions posed by population aging fall between closed societies – where playback should be fundamentally biological, that bet on birthrate policies; or open societies – in which the reproduction must also be social, so that encourage attracting migratory policies. It seems that, the output for the country, would be the application of a "hybrid model", which combines birth incentive policies with policies that attract immigrants. However, so that such policies could effectively result in confronting the demographic issues that arise, should be, necessarily, one of the dimensions of the universal public policies to make front structural challenges the limits: on income distribution, labor relations, in the financing of social protection, inequalities in access to basic goods and services. That is, of a development project that incorporates the social dimension.

Key words: demographic transition, international migrations, birth incentive policies, migratory policies

Transição demográfica e migrações internacionais: o Brasil na rota dos países desenvolvidos?

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira

1. Introdução

O Brasil atingiu uma etapa em sua evolução demográfica na qual se observa baixos níveis de fecundidade e o aumento da expectativa de vida ao nascer, e que, caso sejam confirmadas as previsões das projeções oficiais, significarão, nas próximas duas ou três décadas, a redução no tamanho da população em idade ativa, no continuado aumento do índice de envelhecimento da população e, em última instância, a redução no volume populacional. Em relação à migração internacional, dados do último Censo Demográfico e do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que o país observa um importante retorno de brasileiros que residiam no exterior e o afluxo de imigrantes, vindos, principalmente, da Bolívia, Paraguai, Estados Unidos da América (EUA), Argentina, Haiti e Portugal, ao mesmo tempo que envia população para EUA, Portugal, Espanha, Japão, Reino Unido e Itália. Em síntese, são dados que indicam um cenário futuro de médio prazo muito semelhante ao já experimentado pelos países desenvolvidos.

Nesse sentido, este artigo, tem por objetivo sistematizar as relações entre os estágios da transição demográfica e as migrações internacionais, reunindo experiências e evidências empíricas que permitam contribuir para o entendimento sobre para onde caminha o comportamento desses fenômenos no Brasil. Mais do que encontrar respostas para a obviedade implícita na pergunta colocada no título do artigo, o que se busca é identificar como os países em estágio mais avançado da transição demográfica enfrentam a questão do envelhecimento populacional e se cabe propor a implementação de políticas públicas para mitigar os desafios colocados por essa dinâmica.

A escolha de Espanha e Portugal como paradigmas nesse estudo, para além dos laços históricos e culturais que unem os três países, fundamenta-se pelas trajetórias das respectivas transições demográficas, em certo modo tardia na Península Ibérica (pois teve início após do observado em diversos outros países europeus) e que nos dias atuais apresentam níveis baixos de natalidade e mortalidade. Ademais, esses países se constituíram em espaços nos quais as pautas migratórias experimentaram, por mais de uma vez nos últimos 150 anos, mudanças significativas, ora como países de emigração, ora de imigração e agora, nos primeiros 15 anos do século XX, como áreas de rotatividade migratória. Em suma, processos demográficos muito semelhantes aos observados atualmente no Brasil.

Além dessa introdução, para estruturar o artigo fez-se necessário situar o marco conceitual com o qual se irá trabalhar, pois a tentativa de identificar relações entre transição demográfica e migrações internacionais recai em algumas fragilidades teóricas da Demografia enquanto campo de conhecimento. Sendo, portanto, necessário esclarecer como esses conceitos foram acionados.

Em seguida, de forma resumida, nas partes 3 e 4, procurou estabelecer um quadro de como se comportaram, respectivamente, a transição demográfica e as

migrações internacionais, dando destaque para a ocorrência desses fenômenos nos três países selecionados para análise.

A parte 5 tratou de estabelecer o cenário demográfico que se espera para o país nas próximas duas ou três décadas, situando como encontra-se o debate sobre a questão demográfica e pontuando a necessidade imediata de implementação de políticas públicas para fazerem frente aos desafios colocados pela questão do envelhecimento. Fechando o artigo com algumas considerações finais.

2. Transição demográfica e migrações internacionais: como orientar a abordagem

Para começar a elaborar as ideias para desenvolvimento deste trabalho é necessário esclarecer alguns pontos a partir dos quais ele será abordado, sobretudo porque os principais marcos teóricos que sustentam a Demografia, como área de conhecimento, (Teoria da Transição Demográfica e as Leis da Migração) são em alguns aspectos questionáveis. Como o artigo se propõe estabelecer associações entre as diversas etapas da transição demográfica com as pautas migratórias então vigentes, torna-se fundamental esclarecer como uma e outra abordagem será acionada

Em linhas gerais, a teoria da transição demográfica se propõe a definir o comportamento da evolução populacional, escalonando essa evolução em etapas: i) partindo de um patamar de altas taxas de natalidade e mortalidade, o que resultava num baixo crescimento vegetativo; ii) declínio das taxas de mortalidade e permanência de taxas elevadas de natalidade, refletindo um forte crescimento vegetativo; iii) redução das taxas de natalidade associada a taxas de mortalidade em queda, o que implicava o declínio da velocidade do crescimento vegetativo; iv) um regime de baixas taxas de natalidade e mortalidade e, conseqüentemente, baixa taxa de crescimento vegetativo. Com esse esquema estabelecido, definia-se o comportamento esperado para a evolução demográfica das diversas sociedades.

Contudo, várias evidências empíricas questionam e até mesmo desarmam o esquema da teoria da transição demográfica, podendo-se enumerar aquelas que tratam, por exemplo: do nível da natalidade nas sociedades pré-industriais, que aparentemente não era tão elevado como se sugere, frente a pautas de casamentos tardios observados na Europa Ocidental, que encurtavam o período de exposição ao risco de engravidar nas relações conjugais legítimas; da associação do desenvolvimento econômico com a cronologia do descenso da mortalidade e natalidade, uma vez que os primeiros países onde se observou a redução da natalidade, não estavam entre os mais desenvolvidos naquela época, França e Irlanda, além de ter sido verificada, inicialmente, em algumas áreas rurais, como no antigo império de Habsburgo, onde zonas agrárias experimentaram o declínio da fecundidade antes mesmos de áreas urbanas como Viena; da duração, que pode não ter sido tão longa, na França, o declínio das taxas foi quase que simultâneo; e, a mais contundente, da precedência da queda da mortalidade em relação ao início da redução da natalidade (ARANGO, 1980).

Alguns desses problemas na construção do arcabouço teórico podem ser explicados pela forma com a qual se percebia a questão demográfica, quando se buscava resposta para a associação entre população e desenvolvimento, ou melhor, dos riscos

que um crescimento desenfreado da população poderia trazer às possibilidades de desenvolvimento das sociedades modernas. Ao entender a população como agregado de indivíduos, relacionando as questões econômicas, políticas e sociais como algo externo à dinâmica demográfica, ao totalizar e homogeneizar, perdia a capacidade de percepção de processos particulares nesse movimento de totalização e homogeneização (CANALES, 2001).

Todavia, os dois autores apontam que a teoria da transição demográfica, não obstante às críticas que possam ser feitas, terminou sendo o marco de referência por excelência para o entendimento de população no discurso da modernidade, um esquema de análise e interpretação da dinâmica da população que encheu de sentido o fazer do demógrafo (CANALES, 2001). Arango (1980), além de destacar a contribuição da Demografia no trato das questões empíricas, assinala que ao se observar, na era moderna, o comportamento dos eventos vitais por um período de tempo mais longo, é possível assegurar a forte correlação entre industrialização-urbanização com a redução dos níveis de fecundidade e mortalidade, reforçando o aporte de Coale (1986), que tratava a redução da fecundidade como uma característica quase universal das sociedades modernas seculares.

No que tange às Leis de Migração de Ravenstein (1980), baseadas em evidências empíricas obtidas pelo autor na Grã-Bretanha dos anos 1880, em resumo, destacam-se os seguintes aspectos: i) os migrantes, em sua maioria, desloca-se a curtas distâncias, quando o fazem a distâncias preferem fazê-lo para grandes centros; ii) as etapas migratórias começaram para uma cidade periférica mais próxima e, gradualmente, se dirigem para centros mais distantes; iii) os movimentos migratórios se caracterizam por uma corrente principal e a respectiva corrente secundária (contracorrente). Cada corrente migratória principal, num determinado sentido, produz uma contracorrente compensadora no sentido contrário; iv) o processo de dispersão é o inverso do de atração; v) são as populações rurais mais propensas a empreender o movimento migratório do que as populações urbanas; vi) maior contribuição do contingente feminino nas migrações de curta distância;

Apesar da importante contribuição dada por esses achados para a compreensão de como se processavam os deslocamentos populacionais naquela ocasião e algumas regularidades que prevaleceram depois, boa parte deles estava datada. No momento mesmo em que a teoria era formulada, deslocamentos transoceânicos regulares já colocavam em dúvida alguns dos postulados, sobretudo os que tratavam das distâncias percorridas e etapas migratórias. Outros foram perdendo força ao longo do tempo à medida que se transformavam as relações sociais, aí incluídas as de caráter econômico.

Outra tentativa de construção de uma teoria geral sobre migrações foi empreendida por Zelinsky (1971), através da “transição da mobilidade” onde buscava aplicar a lógica da transição demográfica ao comportamento dos movimentos migratórios. De forma sintética, de acordo com essa teoria, todas as sociedades experimentarão a transição da mobilidade em paralelo aos respectivos desenvolvimento econômico e crescimento vegetativo. Essa transição envolveria cinco etapas: i) sociedade tradicional pré-moderna; ii) transição inicial; iii) transição madura; iv) avançada; v) sociedade futura super-avançada (PEIXOTO, 2007). Apesar da interessante tipologia apresentada, alguns aspectos da abordagem são questionáveis.

Uma primeira questão reside na tentativa de querer enquadrar o comportamento dos deslocamentos populacionais à evolução dos eventos biológicos. Mesmo tendo em conta que são fenômenos que respondem aos estágios de desenvolvimento econômico, social e cultural das respectivas sociedades, esses eventos guardam características muito distintas entre si, com os movimentos de população respondendo mais rapidamente às transformações econômicas, políticas e sociais, portanto mais voláteis na sua evolução. Espaços antes de atração tornam-se emissores e vice-versa, ao contrário da transição dos eventos biológicos que mantém uma tendência de declínio, com ligeiras oscilações. No caso da fecundidade, observa-se poucos casos de suaves inversões de sentido. Um segundo ponto é que, em alguns aspectos, os pressupostos da teoria não se cumpriram, como por exemplo, o descenso das migrações internacionais. Se bem é verdade que em valores relativos um maior número de pessoas se mantem imóvel, em termos absolutos os movimentos de população sofreram um forte incremento.

Desse modo, a transição demográfica será abordada neste artigo ancorada naquilo que McKeown (1978) tratou como *crescimento moderno da população*, onde as regularidades entre o declínio da mortalidade e fecundidade podem ser observadas, bem como, entendendo a trajetória da evolução demográfica, em cada um dos países analisados, como resultante de processos sociais, econômicos e culturais específicos. Da mesma forma, esses processos orientarão a forma como os movimentos internacionais de população serão tratados, enfatizando que as periodizações propostas não se baseiam nas etapas sugeridas por Zelinsky (1971).

3. A evolução demográfica nos países investigados

Segundo Lee (2003), a transição demográfica se põe em marcha na Europa Ocidental por volta do século XIX, com o declínio da mortalidade. A partir desse momento se espalhou para todas as partes do mundo. No período pré-industrial, a taxa de fecundidade total (TFT) estava ao redor de 4 ou 5 filhos por mulher, a idade média ao casar das mulheres era aproximadamente 25 anos, o que retardava o início da fecundidade legítima. A esperança de vida ao nascer (E0) ficava entre 25-35 anos, com uma mortalidade infantil extremamente alta. As taxas de crescimento anuais eram de 0,3% e em alguns momentos o ritmo de crescimento chegou a superar 1% anual.

Ainda segundo o autor, a mortalidade no Noroeste da Europa começa a declinar nos anos 1800, ao passo que, nos países menos desenvolvidos, esse declínio é observado no início do século XX, sendo mais acelerado no pós-II Guerra. O princípio da queda da mortalidade estaria associado ao maior controle das doenças contagiosas e infecciosas e à descoberta da vacina contra a varíola, no final do século XVIII, cuidado com a higiene pessoal, melhoria na alimentação e medidas de saúde pública, ao longo do século XIX asseguravam o controle de várias causas de morte. Em suma, os determinantes para a redução da mortalidade teriam sido o controle das doenças infecciosas e a melhoria nutricional. O início da terceira etapa da transição começaria com a queda da fecundidade, observada, em muitas províncias europeias, entre 1890 e 1920, com uma redução próxima a 40%. É importante destacar que o autor está se referindo a processos continuados na tendência de redução nas taxas dos eventos vitais. Como mencionado anteriormente, evidências empíricas sugerem declínio anterior da

fecundidade, bem como oscilações no comportamento dos indicadores de mortalidade e natalidade.

Na Espanha não existe um consenso sobre como se processou a transição demográfica. Arranz (1980) assinala que isso explica-se, parcialmente, em função da debilidade das fontes de dados, não obstante o país ter realizado seu primeiro Censo Demográfico, da era moderna, em 1857 e ter as estatísticas do Registro Civil organizadas desde 1870. Ao fazer referência a um conjunto de autores, identifica ao menos quatro abordagens descritivas distintas para a transição demográfica espanhola. Para efeito deste artigo, adotaremos a sistematização proposta por Arango (1987), que nos parece mais lógica, ao ancorar as etapas da evolução demográfica aos processos sociais, econômicos e políticos em cada momento histórico determinado.

O nível da mortalidade espanhola era do mais altos da Europa, algo próximo a 29,0‰, apenas superior à taxa bruta de mortalidade (TBM) da Rússia (31,1‰). A queda da mortalidade, de forma continuada, teria ocorrido na Espanha a partir dos anos 1890, sendo essa queda interrompida no período da gripe espanhola (1918-1920) e durante a Guerra Civil (1936-1939) e seus reflexos nos anos posteriores (1940-1942). Tratando dos fatores que levaram à redução da mortalidade, Arango (1987) atribui, ao menos nessa fase primeira, à diminuição das doenças infectocontagiosas (75%), sobretudo, as transmitidas pelo ar, pela água e por alimentos. Essas últimas foram controladas pelo maior cuidado com a higiene pessoal e melhorias nas estruturas de saneamento básico. O progresso na qualidade e oferta de alimentos contribuíram de forma importante na redução das doenças transmitidas pelo ar. Nesse sentido, a participação dos avanços da medicina teria tido uma importância menor no declínio da mortalidade nesse estágio. Contudo, essa contribuição viria a ser decisiva a partir de 1940, com a introdução de sulfamidas, antibióticos, quimioterapia e controle das causas taumatórgicas. Depois do início dos anos 1940, com o final dos reflexos das causas de mortes derivadas da Guerra Civil, o declínio da mortalidade é sustentado até chegar aos níveis baixos observados atualmente.

A taxa bruta de natalidade (TBN) espanhola se comportava em níveis intermediários, quando comparados aos demais países europeus (33,9‰), contra o mínimo observado na França (21,3‰) e o máximo da Rússia (49,3‰). O início do declínio da natalidade, observado para o conjunto do país, foi similar ao observado nos países do sul da Europa. Muito embora, nas Regiões da Catalunha, e Baleares, localizadas na área mediterrânea, foi possível constatar um declínio anterior, contemporâneo ao início do processo de queda da natalidade observado na França, que junto com Escandinávia, Suíça e Hungria foram os países onde se constatou as primeiras quedas sustentadas nas taxas de natalidade, já ao final do século XIX. Para o país como um todo, o declínio sustentado é observado a partir de 1900, sofre interrupção após a I Guerra Mundial, voltando a crescer em 1920, influenciado pelo aumento da nupcialidade, para logo em seguida retomar a tendência de queda, que se acentua no período da II Guerra Mundial, passando por um período de oscilações até chegar ao período 1955-1964 quando verifica-se um novo aumento, considerado como o *baby boom* espanhol. A partir de 1965, a tendência de queda é continuada, tendo intensificado seu ritmo depois de 1977, considerada a mais intensa da Europa.

Para Arango (1987), a Europa Ocidental tinha como especificidade um modelo de nupcialidade que vigorou, ao menos, do século XVII até inícios do século XX, que baseava-se na elevada idade média ao casar e ao alto percentual de celibatários, isso devido à forma de produção e às restrições de acesso às terras. Consequentemente, influenciava diretamente os níveis de natalidade, que na Europa pré-industrial eram bem inferiores ao restante do mundo. Esse modelo foi abandonado no início do século XX, muito embora na Espanha a idade média ao casar seguiu sua tendência de aumento até os anos 1940, resultando que as taxas de natalidade não fossem elevadas nesse período.

Reiterando o paralelismo entre as curvas das taxas de natalidade e mortalidade, o que impediu que houvesse um acentuado crescimento vegetativo, que foi em média 0,88% ao ano, durante as oito primeiras décadas do século XX. O autor assinala, que ao longo daquele século, a média de nascimentos na Espanha foi de 600 mil, sendo que o pico aconteceu em 1974, com 685 mil, a partir de quando se inicia o processo de queda no volume de nascimentos, para algo em torno de 200 mil, nos anos 1980.

De acordo com De Motes (2008), com o fechamento das fronteiras na Alemanha, França e Bélgica nos anos 1970, observou-se uma maior retenção de população na Espanha, combinada com a migração de retorno. Reiterando que, em 1974 é observado o maior volume de nascimentos. Para o autor, nesse ponto estaria o cume da transição demográfica, com a população tendendo ao crescimento zero entre 1990-1995. Contudo, o aumento extraordinário da imigração no período 1995-2007 sustentou taxas de crescimento positivas. Processo que começa com a regularização dos imigrantes em 1985. O censo de 2001 teria registrado um volume de estrangeiros 5 vezes maior que em qualquer outro Censo espanhol. Esse ponto de vista reforça a associação entre as etapas da transição demográfica e os movimentos internacionais de população na Espanha.

Para Arranz (1980), Espanha teria completado o ciclo das quatro etapas da transição depois dos países desenvolvidos. Sua afirmação baseia-se no fato dos níveis de fecundidade só apresentarem continuada tendência de declínio a partir de 1975, bem depois daqueles países.

Em Portugal, como na Espanha, problemas nas fontes de dados não permitem precisar o início no processo de transição dos eventos vitais e de seu comportamento em suas etapas posteriores. Oliveira (2007), sugere que a mortalidade teria começado a declinar antes da redução dos níveis de natalidade, enquadrando-se no esquema geral proposto pela teoria da transição demográfica. Para Nazareth (1985), o comportamento dos indicadores ao início do século XX sinaliza que a transição em Portugal já teria se colocado em marcha, ao menos, a finais do século anterior, com a queda das taxas de mortalidade.

O país parte de uma taxa bruta de mortalidade de 30,5‰, em 1900, chegando ao período 1929-1932 com uma TBM média de 17,1‰. Esse indicador mantém tendência constante de queda, atingindo, em 1980, o valor de 9,7‰. Em relação à mortalidade infantil, essa apresentava níveis elevados até os anos 1930, cerca 145 óbitos para cada mil nascidos vivos. Nazareth (1985) considera que o declínio da mortalidade infantil foi moderado nas primeiras décadas, se acentuando depois de 1950, atingindo o patamar de 24‰, em 1980.

Morais (1999), observa que em Portugal, depois das oscilações observadas no século XIX, o declínio constante da mortalidade pode ser atribuído ao estágio de desenvolvimento econômico, melhoria na oferta de alimentos, maiores cuidados com a higiene pessoal e investimentos públicos em saneamento básico. Com o processo de envelhecimento populacional e de transição epidemiológica, algumas causas de mortes quase que desaparecem, dando origem ao que ele chamou de “patologias modernas”, levando a níveis baixos de mortalidade jamais alcançados no país.

Oliveira (2007), utilizando conceito de Coale, que trata da fecundidade legítima, aponta que o declínio da fecundidade em Portugal teria se iniciado, de forma mais ou menos generalizada, na segunda metade dos anos 1920, quando teria ocorrido a primeira transição, e depois dos anos 1960, quando foi observada a segunda transição. A taxa bruta de natalidade teria declinado, mas sua forma não foi tão linear quanto à mortalidade. Partiu de um patamar ao redor de 30,0‰ entre 1929-1932; passou a uma etapa de estabilidade no declínio da taxa (24,5‰), no período 1940-1960, tendo em vista que regiões como Braga aumentava sua fecundidade enquanto outras tinham redução acentuada; chega em 1980, com uma TBN de 16,1‰. Nazareth (1985) assinala que a queda da fecundidade no período analisado (1929-1980) foi de tal monta que em algumas regiões as gerações não mais se renovam. Em relação à TFT, observou-se que declinou de 3,9 filhos por mulher, nos anos 1930, até chegar 2,2, em 1980. Entre 1940 e 1970, permaneceu estável, com ligeiro aumento em 1970, ponto a partir do qual a tendência de queda seguiu de forma constante.

A transição da fecundidade em Portugal seguiu dois modelos. O primeiro acompanhando o que de um modo geral foi observado em toda a Europa, com uma primeira transição, um período de estabilidade e logo uma segunda transição. Esse comportamento foi verificado no Norte Atlântico, que abrangia a maior parte das regiões. O segundo, mais semelhante ao observado na Europa Mediterrânea, apresentou um declínio constante, tendo ocorrido no Sul e Norte raiano. As restrições à nupcialidade só iriam ser suspensas em 1940, ou seja, 15 anos após o início do declínio da fecundidade. Além disso, há sinais que já havia um controle da fecundidade dentro dos casamentos. Por outro lado, a emigração apresentou tendência de crescimento até o início do processo de declínio da fecundidade, diminuindo de forma clara nas décadas seguintes. O mesmo viria a ocorrer nos anos que antecederam a segunda transição (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil, a qualidade e disponibilidade dos dados também prejudicaram que todo o processo de evolução demográfica, em sua fase inicial, fosse mais bem sistematizado. Contudo, parece claro que o descenso nos níveis de mortalidade antecedeu a queda das taxas de fecundidade. É importante destacar que a evolução demográfica no Brasil é marcada por profundas diferenças espaciais, de classes, gênero e etnias, resultado das relações sociais e processos históricos, devendo essas diferenças estar presentes no momento em que se busca apreender o fenômeno no país, sobretudo se dessa análise pretenda-se que derivem políticas públicas (OLIVEIRA e O'NEILL, 2013).

O país teria experimentado altas taxas de mortalidade e natalidade, incluindo níveis elevados da mortalidade infantil, e o fim do ciclo da imigração internacional até o

final dos anos 1930. Nesse momento, o país atravessava sua fase econômica baseada no modelo primário-exportador. A partir desse ponto, se inicia o processo de declínio consistente da mortalidade, com o país ingressando na segunda etapa da transição. O Brasil passa a viver um processo de industrialização implantado pelo Estado Novo, que visava substituir as importações. Paralelamente, várias políticas públicas, tais como, nas áreas da saúde coletiva, assistência médica, previdência social e educação básica foram implantadas e tiveram forte influência no comportamento demográfico do país.

Assim, os anos 1940 marcam o momento no qual se acentua a redução dos níveis de mortalidade no país, iniciada na década anterior. Pereira (2000) assinala que esse processo de queda teria sido fruto da importação de tecnologia médica, da expansão da rede de saúde e saneamento ambiental e da continuidade dos efeitos das melhores condições de vida da população. Simões e Oliveira (2010) observam que o uso de antibióticos foi fundamental na redução da mortalidade, tendo em vista que as principais causas de mortes estavam associadas às doenças infecciosas e parasitárias, como também às pulmonares, que respondiam por mais de 60% dos óbitos naquele período da história (OLIVEIRA e O'NEILL, 2012, p.44).

Em seis décadas, a esperança de vida ao nascer no Brasil apresentou um ganho estupendo de mais de 20 anos, passando de 44,9, em 1940, a 68,6 anos, em 2000 (SIMÕES, 2002).

As altas taxas de natalidade combinada a taxas mais reduzidas de mortalidade resultaram no elevado crescimento vegetativo da população, praticamente o único componente que influenciava a evolução demográfica, tendo em vista que o saldo migratório internacional era praticamente nulo. Essa velocidade de crescimento, associada ao processo de transição para uma sociedade industrial, com a penetração do capital nas atividades agropecuárias, gerou uma pressão nas áreas rurais, provocando um massivo êxodo para as zonas urbanas, sobretudo do Centro-Sul, e para áreas de expansão de fronteiras agrícolas. Ao contrário dos países europeus que combinaram migração interna com importantes fluxos de migração internacional, no Brasil, a válvula de escape, para os volumes populacionais que se estava gerando, foram as áreas em franco processo de urbanização

O país ingressa na terceira fase da transição demográfica em meados dos anos 1960, quando começam a declinar as taxas de fecundidade. Muito embora no Centro-Sul e entre as classes mais favorecidas essa diminuição tenha sido percebida antes, a redução consistente é observada a partir desse ponto. Nessa época, a taxa de fecundidade total média era de aproximadamente 6,3 filhos por mulher, sendo que as residentes no Norte tinham em média 8,6 filhos. Nas décadas seguintes o ritmo de queda na TFT foi muito intenso, chegando ao nível de 2,9 filhos por mulher em 1991.

Vários são os fatores que permitem compreender a forte redução nos níveis de fecundidade da mulher brasileira, entre eles os de caráter econômicos, político-institucionais, culturais, inibidores da fecundidade e acesso aos métodos anticoncepcionais. Do ponto de vista da estrutura econômica, os processos de urbanização e industrialização vieram acompanhados de mudanças nas relações de trabalho, com maior incorporação da força de trabalho feminina; integração dos mercados nacionais de produção e consumo, com as relações passando a ser principalmente monetárias. Segundo Simões (2006), essas novas relações

desarticularam formas de subsistência até então existentes, fazendo com que a reprodução fosse buscada no mercado, gerando um novo quadro e mudança no padrão reprodutivo. Faria (1989), acrescenta que esse padrão também teria sido influenciado por um conjunto de políticas públicas que, apesar de não visar diretamente a regulação da fecundidade, resultaram no maior controle, como por exemplo, a maior oferta de crédito ao consumidor, telecomunicações, previdência social e atenção à saúde. Berquó (2009), vai assinalar que a convergência dos níveis de fecundidade entre as diversas Regiões, que já era possível de se observar nos anos 1990, foi produto da regulação, via o uso de métodos anticonceptivos, onde se destacam a pílula anticoncepcional e o recurso ao aborto induzido. Mencionando a PNAD 1996, aponta que a pesquisa constatou que 70% das mulheres vivendo em união praticava algum tipo de controle da natalidade, percentual que subiu para 76% num levantamento realizado 10 anos depois. São cifras superiores a de muitos países desenvolvidos. É importante ressaltar que entre os métodos de anticoncepção adotados pelas mulheres brasileira um muito utilizado foi a laqueadura, recurso anticoncepcional quase que definitivo, que na maioria dos casos inibiu a retomada da fecundidade.

Os anos 1980 representaram um marco importante na trajetória das componentes demográficas no Brasil, dado que: intensifica-se o ritmo de redução da TFT; observa-se uma alteração na estrutura etária, que começa o processo de envelhecimento relativo; verifica-se o aumento consistente da esperança de vida ao nascer; e são notadas mudanças importantes na mobilidade interna e internacional, sendo que essa última volta a fazer parte da agenda nacional, agora com a emigração que nos levou a experimentar, de forma inédita, saldo migratório negativo nas trocas internacionais.

O país ingressaria na quarta etapa da transição demográfica nos anos 2000, partindo de uma TFT de 2,4 filhos por mulher e uma esperança de vida ao redor dos 70 anos, chegando ao final dessa década com a fecundidade já abaixo do nível de reposição (1,87 filho por mulher) e elevada esperança de vida ao nascer, acima da média mundial (73,4 anos).

Em suma, ao serem comparados os processos de transição demográfica nesses três países, deve ser ressaltado que a transição na Europa, além de se iniciar antes, partiu de níveis mais baixos de mortalidade e natalidade, apresentou um intervalo de tempo menor entre o começo do declínio da mortalidade e queda nas taxas da natalidade, minimizando os efeitos da intensidade do crescimento vegetativo, diferentemente do que foi observado no Brasil e nos demais países em desenvolvimento. Ao longo do século XX, Espanha mais que duplicou de tamanho, Portugal viu seu volume populacional duplicar de valor e a população brasileira ficou *dez vezes maior*.

Outros aspectos que distinguem as trajetórias das respectivas transições foram as oscilações e reversões de tendências observadas nos países europeus, como a “gripe espanhola”, nos anos 1918-1919, a Guerra Civil, entre 1936-1939, e a II Guerra Mundial que fez com que aumentassem a mortalidade na Espanha. A retomada de crescimento nos níveis da natalidade, verificada na Península Ibérica, considerada como uma segunda transição da fecundidade, também marca a diferença entre esses países e o Brasil, onde os declínios das taxas de mortalidade e natalidade foram praticamente

continuados, com ligeiro período de estagnação nos níveis de mortalidade, até a metade dos anos 1970.

4. O comportamento das migrações internacionais e a transição demográfica

Esta parte do artigo apresenta uma cronologia da evolução demográfica e dos movimentos internacionais de população *vis a vis* aos estágios de desenvolvimento do capital, em cada um desses momentos históricos. Como toda aproximação, aqui a natureza, muitas das vezes distintas, e o ritmo de cada um dos eventos também não produzem um encaixe perfeito entre os três fenômenos analisados, mas possibilitam uma *proxy* razoável da associação entre eles.

4.1 A etapa pré-capitalista (até os anos 1850)

A primeira relação entre transição demográfica e migrações internacionais, aqui estabelecida, começa no período que pode ser considerado “nebuloso” para a teoria da transição, as taxas de natalidade e mortalidade ainda seriam altas e os deslocamentos de população não muito intensos. Foi uma fase de expansão no processo de colonização e da era pré-industrial. Muito embora, num primeiro momento Espanha e Portugal tenham capitaneado o movimento de exploração das colônias, foi Inglaterra que mais bem se apropriou da transferência de valores de uma região a outra, a partir do domínio imposto aos outros dois países, vindo a financiar a afirmação do capitalismo industrial na Europa (MARINI, 2012, OSÓRIO, 2012).

Para Bacci (2012), as migrações foram a fonte de incremento demográfico e desenvolvimento econômico e social num quadro de baixo crescimento vegetativo na Europa. Nesse sentido, a imigração era muito bem-vinda e, em muitos casos incentivada. Tratando do período 1500-1800, assinala que no interior da Europa se intensificaram os deslocamentos de curta e média distâncias, impulsionando o crescimento das cidades, fruto das migrações rural-urbana, ampliando os mercados de trabalho. Esse processo resultou no fim do ciclo de migrações para as zonas menos povoadas da Europa oriental.

Na mesma linha, Sassen (2013) ao investigar duzentos anos de migrações internacionais na Europa, identificou que no século XVIII as migrações laborais eram fator chave para a evolução demográfica da população urbana, numa época de baixas taxas de crescimento populacional. Apontando o caso de Amsterdam, onde se misturavam migrantes por motivos religiosos e laborais, assinala que a política mercantilista considerava a migração como algo positivo, sobretudo numa época de baixo crescimento vegetativo, baixa esperança de vida, fome e guerras que dizimavam uma parte importante da população, que só viria crescer, efetivamente, a partir da segunda metade do século XIX. A autora observou no seu estudo que desde os séculos XVII e XVIII os governos buscavam atrair pessoas de outros reinos para aumentar sua população, sobretudo os qualificados. Isso levou os governos das áreas emissoras de população a colocar restrições à emigração. Por exemplo, Grã Bretanha abandona sua política de restrição num momento de aumento do crescimento vegetativo; aumento da migração interna abastecendo os grandes centros urbanos, que começavam a ser tornar industriais; e pelo fato de enxergar a emigração e a colonização como indutoras da

criação de mercado externo. Por outro lado, França, Alemanha e Rússia mantinham restrições às emigrações, tendo em vista o menor dinamismo econômico. Era uma época que a emigração era mais ameaçadora que a imigração, que era bem vista por todos.

Nesse sentido, poder-se-ia pensar em políticas migratórias que atuavam tanto no sentido de inibir a saída de população, nos países de origem dos fluxos, quanto no de atrair migrantes, implementada nos países de destino. Essa quadra da história nos remete à questão da percepção da migração, desde aqueles tempos, por partes dos governantes. A migração não seria necessariamente boa ou ruim, estaria diretamente ligada aos interesses bélicos e/ou econômicos do momento.

É importante destacar o papel que Espanha e Portugal tiveram nesse período, no que tange aos deslocamentos transoceânicos e a conseqüente exploração das colônias no Novo Mundo. Espanha, além dos fluxos em direção às Américas, servia de fonte de força de trabalho para as plantações no sul da França, como também para a construção de infraestruturas de transportes naquele país. De Portugal, majoritariamente, as correntes emigratórias partiam para o Brasil.

O Brasil, ao outro lado do Oceano Atlântico, recebia esses fluxos de Portugal, que como não tinha contingente populacional suficiente para explorar sua colônia além-mar, lançou mão de força de trabalho escrava, com a migração compulsória dos negros africanos.

Esses processos, observados ao longo de três séculos, teriam assentados as bases que possibilitaram a grande onda migratória da segunda metade do século XIX (BACCI, 2012).

4.2 A presença do capital (1850-1930)

Os efeitos da queda da mortalidade e manutenção de altas taxas de natalidade tiveram impacto significativo no crescimento vegetativo da população europeia no século XIX. Evidências empíricas apontam que o crescimento demográfico e a penetração do capital na economia rural levaram à proletarização do pequeno proprietário rural. A necessidade de divisão de parcelas de terras já insuficientes, a introdução de impostos e obrigações monetárias colocavam a migração no centro da estratégia para se obter dinheiro em efetivo. Além disso, a rápida aceleração do trabalho assalariado de baixa remuneração produziu o empobrecimento dessas populações que foram obrigadas a migrar para garantir sua reprodução. No limite, os migrantes se convertiam em vagabundos. Além disso, em alguns regimes, muitos camponeses e pequenos proprietários rurais tiveram suas terras expropriadas. A formação de um mercado de trabalho internacional viabilizou os deslocamentos, através da busca de força de trabalho flexível e barata, operada por contratadores e agências de emprego. Aproveitavam, ainda, para fugir do sindicalismo ascendente na Europa. Isso fazia com que os imigrantes fossem bem recebidos pelas empresas. Essa massa de trabalhadores móveis ficou a serviço do capital, impulsionando sobremaneira o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Uma das saídas, para enfrentar à pressão demográfica num quadro de desenvolvimento econômico e social incipientes para fazer frente ao volume populacional na Europa, foram as emigrações transoceânicas. Bauman (2013) ao se

referir a esse período faz duas formulações que retratam bem essa relação entre capital-população- migração. Primeiro, refuta o conceito de excedente populacional, como de costume a questão da “superpopulação” é referida, ao assinalar que no passado as nações mais populosas é que dominavam o mundo, de forma que o termo não era um problema. A medida que as questões demográficas iam surgindo procuravam sempre imputar a culpa a alguma coisa: a desintegração das oficinas de artesãos, em função da introdução da maquinaria industrial; depois foi a baixa produtividade no campo, dada às novas tecnologias agrícolas, que jogavam as pessoas nas cidades. A solução sempre foi dispersar essa multidão para outros espaços, até porque a oferta desses era grande. O conceito de “superpopulação” seria uma ficção de atuários, face a pouca consistência teórica na sua determinação. Em segundo lugar, considera que o problema não era excesso e sim escassez, acrescentando ainda que quando o excedente foi considerado problemático, as questões locais foram resolvidas globalmente, com o “excedente” sendo enviado ao Novo Mundo. Nos dias atuais, estaria ocorrendo justamente o contrário. As barreiras erguidas para conter as migrações seriam uma forma de dar uma solução local, ou seja, reter os migrantes nos países de origem, para os problemas gerados com a globalização e a sociedade de consumidores.

Ainda tratando desse período de grandes deslocamentos internacionais de população, Sassen (2013) aporta que muito embora as Américas, em particular os EUA, tenham funcionado como uma válvula de escape importante para enfrentar esse desequilíbrio entre desenvolvimento econômico e pressão demográfica, o maior volume de emigrantes se deslocou dentro da própria Europa. O estudo mostra que na Prússia, região mais pobre da Alemanha, não se verificava as emigrações transoceânicas, pois os trabalhadores pobres não possuíam recursos para financiar o deslocamento e não tinham acesso às redes de financiamento dessas migrações. Por outro lado, deve ser registrado que centenas de milhares de alemães cruzaram o Atlântico em busca de oportunidades, ao mesmo tempo que o país atraía trabalhadores de outros países da Europa. Na França, por exemplo, uma das principais causas da maior importância da imigração, nos fins do século XIX, início do XX, foi a baixa taxa de natalidade francesa, que gerava pequeno crescimento vegetativo, ao contrário do observado nos outros países europeus. Em relação à Itália, a maioria dos italianos migrou dentro da própria Europa, cerca de 14,0 milhões de pessoas, sobretudo para França, Suíça, Alemanha e Áustria. Outros 12,6 milhões cruzaram o Atlântico, em maior número para os EUA.

Três aspectos devem ser destacados e parecem centrais na discussão sobre a mobilidade espacial da população sob a égide do modo de produção capitalista: i) a migração era vista como algo positivo. Fosse para diminuir a pressão populacional, fosse por ofertar força de trabalho para a indústria urbana; ii) o paradoxo da mobilidade x imobilidade. Era importante que uma parcela da população se movesse, inclusive para servir de mão-de-obra barata para o modo de produção que emergia. Por outro lado, essa mobilidade deveria ser preferente para os desejáveis, aqueles que chegavam para ocupar o mercado de trabalho. “Os vagabundos”, que ficavam de fora, deveriam ficar imóveis. Como se fosse possível ao capital aplicar a seletividade com uma precisão quase cirúrgica, num cenário de destruição das atividades econômicas até então existentes; e iii) o rótulo da pobreza é colocado nos movimentos migratórios. Marca que até os dias de hoje é difícil de desassociar, mesmo com processos distintos impulsionando os deslocamentos populacionais.

Os fluxos que partiram da Península Ibérica não mudaram muito de direção, mas incorporaram outros destinos ao se dirigirem para as Américas. A emigração espanhola, por exemplo, passou a ter o Brasil entre seus destinos mais importantes. Segundo Arango (1987), as taxas de emigração na Espanha, ao final do século XIX, eram extremamente baixas, uma das menores na Europa Ocidental, uma das explicações era o baixo crescimento vegetativo. Provavelmente, o volume da migração interna deveria ser superior ao das migrações internacionais, sobretudo incentivado pelo processo de urbanização. No início do século XX, com o abrandamento do processo de urbanização e com o baixo, mas contínuo, processo de crescimento demográfico e frente à pouca capacidade de absorção das zonas urbanas e industriais, a emigração internacional passa a ter um peso maior, sendo os destinos principais América Latina e Argélia. O retorno observado no princípio da I Guerra, fruto da crise enfrentada na Argentina, foi acompanhado pela re-emigração para a França.

De Portugal, além do Brasil os deslocamentos passam a incorporar os EUA, Argentina e Venezuela como países receptores. Esses comportamentos nos movimentos internacionais marcam uma etapa que caracterizou os países ibéricos como sendo nitidamente de emigração.

O Brasil seguiu cumprindo seu papel de área de atração, agora com uma qualidade completamente distinta, ou seja, atraindo força de trabalho remunerada. A chegada da imigração de além mar (1890-1930), bem como a de origem africana no período anterior, configurou a população brasileira e forjou tanto práticas de assimilação como de discriminação, além de contribuir nos diversos aspectos na nossa cultura (PATARRA, 2012).

O volume de migrantes internacionais entre 1850-1930 foi dezenas e vezes superior ao observado no período 1500-1800. Mas, à medida que o desenvolvimento industrial, ao final do séc. XIX, gera maior demanda por mão-de-obra, superando o mercado de trabalho rural, descendiam os fluxos migratórios transoceânicos (BACCI, 2012).

4.3 O período da depressão econômica (1930-1945)

A partir do início do século XX, do ponto de vista da evolução populacional, na Europa, a transição demográfica teria entrado na sua fase madura, diminuindo o ritmo de crescimento populacional, ao passo que nos principais países receptores, EUA, Austrália, Nova Zelândia e sul da África, a exceção era o Brasil, experimentavam etapa da transição que proporcionava maior oferta de pessoas em idade ativa. Os respectivos mercados de trabalho tanto nos países emissores quanto nos de atração passam a refletir o equilíbrio entre oferta de força de trabalho e o desenvolvimento das atividades econômicas que gerasse capacidade de absorção desses trabalhadores. Nesse momento, nos países de destino, diversos sindicatos locais e correntes políticas começam a se opor à chegada de mão-de-obra estrangeira, criando um clima hostil aos imigrantes e forçando que os governos implementassem uma série de políticas restritivas a imigração.

Coincide com esse período a grande depressão econômica enfrentada pelo capitalismo, que refletiu baixo ritmo de crescimento econômico, além do maior conflito

bélico da história da humanidade, a II Grande Guerra Mundial. De acordo com Castles (2000), no período de recessão, além da restrição à atração de população, ocorreram episódios de deportação de imigrantes em vários países.

Em Espanha, nesse período, além da crise econômica e o conflito internacional, também sofreu com a Guerra Civil, mas não há evidências de fuga massiva para o exterior que também estava convulsionado. Para Portugal essa também foi uma época de redução na intensidade da emigração, que só viria a ser retomada, como na Espanha, após a II Guerra Mundial.

No Brasil, nos anos 1930 e 1934, são aprovadas cotas para restringir o acesso ao país de população estrangeira, sendo os de origem oriental os mais visados nessas políticas. A partir dos anos 1930, a imigração internacional no país foi bem residual, como a emigração também era de pequena monta, do ponto de vista demográfico era considerado como fechado à migração, situação que só viria a ser alterada na década de 1980, com a significativa saída de população.

Essa fase, de crise econômica e conflitos bélicos, foi de grande refluxo nos deslocamentos internacionais de população, que só viriam a ser retomados, e com grande vigor, no período pós-II Guerra Mundial.

4.4 A fase fordista (1945-1970)

O período do pós-Guerra coincide com o auge do modelo de reprodução fordista, impulsionado pela reconstrução da Europa, foi uma fase de intensa mobilização de força de trabalho estrangeira pelos países centrais. Grande número de imigrantes, de refugiados e de deslocados serviram como mão-de-obra para a reconstrução das economias europeias. Quadro que contrastava com a década anterior, de crise econômica. Além dos refugiados, Alemanha, França, Holanda e Portugal, por exemplo, receberam massivos fluxos de imigrantes vindo das respectivas colônias e de outros países em desenvolvimento. As assimetrias no desenvolvimento econômico fizeram de Itália, Portugal, Espanha, Grécia e Iugoslávia os principais países emissores de mão-de-obra para economias mais desenvolvidas (SASSEN, 2013).

Esse período, de reconstrução da Europa e expansão do modelo de reprodução fordista/taylorista, demandava muita mão-de-obra para a produção em escala. Os governos não pensaram duas vezes em atrair força de trabalho barata para promover o pleno desenvolvimento de suas economias. O mesmo aconteceu com EUA, atraindo trabalhadores dos países da América Latina e Caribe, em especial, do México. Foi uma época de “fronteiras livres”.

Do ponto de vista demográfico, depois de sucessivos eventos que levaram ao aumento da mortalidade, Europa segue crescendo, sendo observado um aumento da natalidade no pós-II Guerra, entre 1950-1970. A partir desse momento, o crescimento demográfico diminui fortemente seu ritmo, sendo atenuado pela imigração oriunda, agora, dos países em desenvolvimento, que produziu um elevado saldo migratório, que caso não tivesse ocorrido poderia ter gerado a redução do volume populacional na Europa, quer dizer, a migração como elemento de reposição da população europeia, num quadro de redução do ritmo de crescimento demográfico e recusa da população nativa em aceitar ocupações consideradas de menor qualificação (BACCI, 2012).

Essa fase coincide com a segunda onda massiva de emigração na Espanha. O primeiro fator explicativo está associado à renovada migração para a América Latina, nos anos 1950; o segundo, à reconstrução dos países mais desenvolvidos economicamente, entre 1960-1975, ou seja, Espanha estava no rol de países que contribuíram com força de trabalho barata, proporcionando o fantástico crescimento econômico dos países industrializados (ARANGO, 1987).

Em relação a Portugal, no pós II Guerra, embora o Brasil permanecesse como principal espaço de atração da emigração portuguesa, essa também se diversifica, ganhando força os deslocamentos dentro da Europa, destacando-se França e Alemanha como países receptores, além dos EUA e Canadá (PIRES et al, 2011).

O Brasil encontrava-se justo na etapa de queda nas taxas de mortalidade e permanência dos níveis altos da natalidade. Simultaneamente, as relações capitalistas de produção começavam a penetrar nas atividades rurais e se expandiam os processos de industrialização e urbanização. Com quase cem anos de atraso, a solução para a “pressão demográfica” no país, diferente do que ocorreu na Europa, não foi a emigração internacional e sim os deslocamentos internos rumos aos grandes centros, em especial, São Paulo e Rio de Janeiro.

A Europa Ocidental atingiu seu ponto máximo de trabalhadores migrantes no começo dos anos 1970. Então ocorreu outro ponto de inflexão, com os principais países importadores de força de trabalho se fechando à imigração e repatriando os estrangeiros. Aos meados dos anos 1980, o sentimento anti-migratório e os temores em relação aos imigrantes voltam a ganhar forte dimensão, inclusive na França. Ressaltando o caráter cíclico dessas políticas migratórias, no final desses anos 1980 e metade dos 1990, refugiados e exilados tornam a ser motivo de preocupação na agenda política europeia, que passa a rechaçar sua admissão, chegando a um ponto de redução do volume dessas pessoas. (SASSEN, 2013). Aqui fica bastante evidente que, com a crise no modelo de reprodução do capital e sua passagem para o modelo mais flexível, cujo o suporte político estava inspirado no neoliberalismo, os imigrantes já não eram mais tão fundamentais nesse novo modelo de acumulação do capital. Dois movimentos podem ser destacados: o frontal ataque ao *Welfare State*, no bojo do ideário do Estado mínimo e nesse sentido os imigrantes representavam custo; e o movimento de expansão da presença das empresas dos países centrais nas economias em desenvolvimento, cujo os atrativos principais eram o menor custo de produção (mão-de-obra barata, insumos a preços mais acessíveis e incentivos fiscais) e a menor resistência sindical.

4.5 Era pós-fordista (pós 1970)

Com a crise do fordismo e ascensão modelo reprodução flexível e da ideologia neoliberal, nos anos 1970, dois aspectos fundamentais passam a envolver a questão migratória: os países centrais colocam barreiras para impedir a imigração e os movimentos migratórios tornam-se mais difusos. A destacar que as restrições impostas não lograram reduzir a intensidade dos movimentos e que a geração nascida no baby boom começava a chegar ao mercado de trabalho, aumentando a oferta de mão-de-obra autóctone.

Ao final dos anos 1980 houve uma mudança nas pautas migratórias, na qual países até então emissores de população se converteram em receptores, destacando-se Itália, Espanha, Portugal e Grécia. São fluxos agora vindos de países mais pobres, para ocupações domésticas, agrícolas e na mineração. Outras pautas dizem respeito a liberdade de circulação de espanhóis e portugueses, a partir do ingresso desses países na União Europeia (UE); a migração de este a oeste; e, com a desintegração dos países do leste europeu, movimentos desde daí à Europa Central, que se converteram em espaços de atração e expulsão de imigrantes, solicitantes de asilo e trabalhadores irregulares. Os países mais prósperos como Polônia, República Tcheca e Hungria temiam a entrada massiva de pessoas oriundas da antiga União Soviética (SASSEN, 2013). Vários desses países, são ao mesmo tempo emissores e receptores de população, outros são classificados como de trânsito, categoria que emerge em função das restrições impostas pelos países de destino final, outros permanecem na tipologia tradicional de atração e expulsão de população (ARANGO, 2007);

Nos finais dos anos 1990, três processos instauram uma nova era nas migrações internacionais na Europa: expansão da geografia das migrações, que passam a incluir os países da África setentrional e ocidental, do Leste Europeu e da antiga União Soviética; ganham dimensão as solicitações de reunificação familiar e o crescimento demográfico das comunidades imigrantes; e o Tratado de Maastricht, que estabelece novas regras para a liberdade de circulação no território europeu. Isto coloca questões importantíssimas frente as tendências de transnacionalização das atividades econômicas, por um lado, e, por outro, a intenção de controlar os fluxos migratórios (SASSEN, 2013). De fato, foi um dilema incontornável pois no mesmo passo que se intensifica a internacionalização das atividades produtivas, são geradas novas correntes migratórias, o que tornou inócuas as medidas de controle, que não lograram reduzir os fluxos migratórios. Paralelamente, a seletividade migratória implementada por alguns países também emitia sinais positivos para vinda de migrantes não incluídos na lista de ocupações a serem selecionadas.

O endurecimento à migração laboral e a aceitação de refugiados produziram a imigração irregular, que passou a ser a marca em todos os processos migratórios. Ao contrário, essa só fez aumentar nos anos que seguiram ao fechamento das fronteiras. A resposta política dada pelos países europeus foram basicamente duas: regularizar a população irregular que já se encontrava nos respectivos países; e punir migrantes irregulares recentes com deportação e aplicação de sanções aos seus empregadores. Contudo, essas medidas também não surtiram efeito pois as empresas seguiram contratando migrantes irregulares, até porque muitas delas só podiam fazer frente à concorrência lançando mão de força de trabalho barata e flexível e pela forte correlação entre economia informal e migrantes irregulares. A combinação dessas circunstâncias com a localização geográfica transformou Itália, Espanha, Grécia e Portugal em zonas chaves para imigração irregular, face suas fronteiras acessíveis e baixa capacidade de vigilância (SASSEN, 2013);

Do ponto de vista demográfico, na Europa, em meados da década de 2000, a migração líquida aportava 1 imigrante para cada 5 nascimentos. Em relação aos volumes, no ano de 2010 migravam ao redor de 200 milhões de pessoas, 3% da população mundial, volume que se viu incrementado em relação a cinco anos antes.

Desses, entre 80 a 115 milhões no mundo desenvolvido, e mais de 70 milhões nos países em desenvolvimento (BACCI, 2012)

Espanha, como já mencionado, figura no rol de países que ao mesmo tempo receptores e emissores de população. Nos anos que antecederam a crise econômica atraiu um volume expressivo de imigrantes (5 milhões), com a participação dos estrangeiros na população total alcançando a cifra de 13%. Nesse período não houve nenhuma adoção de políticas restritivas por parte do governo, nem manifestação contrária a presença de estrangeiros pela sociedade espanhola, mesmo após o episódio do atentado terrorista em Madri, no ano de 2004. O *boom* migratório observado na primeira década do século XX superou o de outros países que também atraíam migração.

Como Irlanda e Chipre, Espanha sofreu com o estouro da bolha imobiliária, setor que impulsionou a crise em escala mundial, e que afetou sobremaneira o comportamento migratório nesses países, já que era o setor que mais emprego gerava para os imigrantes. Além disso, o forte crescimento econômico, observado no país entre 2000-2007, era baseado em atividades de trabalho intensivo e de baixa qualificação, esses fatores combinados com a fraca oferta de população em idade ativa, gerou a necessidade de se recorrer à força de trabalho estrangeira, justo nos setores mais duramente afetados (ARANGO, 2014). Com a crise, passaram a deixar o país, inicialmente, os imigrantes, para logo serem seguidos pelos nacionais, levando ao decréscimo populacional nos anos 2012 e 2013.

Portugal, como Espanha, se comporta, simultaneamente, como país de emigração e imigração. No que tange à saída de população, por um breve período (1978-1981), os movimentos transoceânicos incluíram como principais destinos EUA e Canadá, além do Brasil (BAGANHA, 1994). No processo de unificação da União Europeia, a nova emigração portuguesa se dirigiu inicialmente para a Suíça, para logo depois ir também ao Reino Unido, Espanha e Luxemburgo e Alemanha. Brasil, EUA, Venezuela e França perdiam importância enquanto países de atração dos fluxos com origem em Portugal. No início do século XXI, Angola surge como importante espaço de destino da migração portuguesa (PEIXOTO, 2012, PIRES et al, 2011, BAGANHA, 1994).

No tocante à imigração, até os anos 1990, vinha principalmente da África, eram pessoas com mais baixa qualificação, depois chegaram os brasileiros, com perfil mais qualificado, hoje constituindo o maior coletivo de estrangeiros em Portugal. Também chegaram imigrantes do Leste Europeu, predominantemente ucranianos e romenos. No período 1980-2010, Portugal experimentou forte aumento da imigração, registrando um volume de 450 mil imigrantes (PIRES et al, 2011).

Tendo em vista o estágio de envelhecimento populacional, baixo crescimento vegetativo e das taxas natalidade, a imigração recente foi fundamental para Portugal. O perfil jovem e as taxas de fecundidade mais elevadas dos imigrantes contribuíram decisivamente para oferta da força de trabalho necessária para o desenvolvimento econômico do país. Pires et al (2011) assinala que vários setores de atividades teriam parado se não fosse a presença dos trabalhadores estrangeiros, citando como exemplo, a construção civil, serviços pessoais, hotelaria e até mesmo ocupações mais qualificadas.

Nessa quadra da história, o comportamento das migrações internacionais no Brasil também se alterou. Afetado fortemente pela crise econômica dos anos 1980, o país, por primeira vez, assistiu a uma emigração massiva de sua população, algo ao redor de 1,5 milhão de pessoas (CARVALHO, 1986, OLIVEIRA et al, 1986). Foram fluxos que seguiram, inicialmente, para os EUA, e que passaram a incorporar, nos anos 1990, entre seus destinos principais Japão e alguns países da Europa, como Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido. Importante ressaltar que nesse mesmo período, o país funcionava como receptor de fluxos oriundos de países vizinhos, como paraguaios e bolivianos, face ao menor desenvolvimento econômico e social nos respectivos países de origem. Devendo-se ressaltar que predominavam saldos migratórios negativos.

Ao final dos anos 2000, mais precisamente, com a crise econômica de 2007, que afetou os países desenvolvidos, em particular, aqueles entre os destinos principais da emigração brasileira, começam a ser observados movimentos de retorno de brasileiros, em maior escala, e a chegada de estrangeiros, oriundos, principalmente, da Bolívia, Paraguai, EUA, Argentina e Portugal (OLIVEIRA, 2014). Esses processos levaram ao IBGE considerar nas suas hipóteses de projeção que o saldo migratório na década de 2000 tenha sido nulo e que passará a levemente positivo nas duas décadas seguintes (IBGE, 2013).

Em resumo, nesse último período, as migrações são marcadas por: i) fortes restrições à mobilidade da população, sem que isso resultasse efetivo. Ao contrário, produziu o aumento da migração irregular, expondo os migrantes a riscos desnecessários, inclusive de vida, e criou a indústria de atravessadores e traficantes de pessoas; ii) pela diversificação de países de origem e destino, característica da penetração do capital nos diversos continentes e da globalização; e iii) rompimento com o paradigma de países de atração e expulsão. Hoje, além desses, que seguem existindo, temos países que ao mesmo tempo são receptores e emissores de migração, bem como, aqueles de trânsito.

Todos esses processos migratórios estiveram, em boa medida, associados a políticas ora favoráveis ora restritivas, que dependeram das conjunturas demográficas, econômicas, políticas e sociais em cada uma dessas etapas. O Estado esteve sempre presente, fazendo cumprir sua prerrogativa de incentivar ou proibir o acesso a suas fronteiras.

5. Para onde caminham a transição demográfica e as migrações internacionais no Brasil?

Pensando a transição demográfica no escopo das regularidades observadas na sua “era moderna” (McKEOWN, 1978), o Brasil, sim, caminha para um processo iminente não só de drástica redução nos níveis de fecundidade, com o consequente envelhecimento populacional, e redução no volume populacional. Segundo as projeções de populações oficiais, a razão de dependência total (RDT) voltaria a aumentar em 2023, com maior contribuição do segmento idoso da população; em 2037, o índice de envelhecimento será 101,67, em valores absolutos seriam 37,1 milhões de pessoas com 65 anos ou mais de idade; a partir de 2034, a população em idade ativa, após alcançar

uma cifra próxima a 154,1 milhões de pessoas, diminuiria de tamanho, chegando a 143,2 milhões, em 2050 e 131,4, em 2060, ano limite da projeção; após atingir seu volume máximo, com cerca de 228,4 milhões de habitantes, a partir de 2043, o crescimento vegetativo passaria a negativo, implicando na redução do volume populacional (IBGE, 2013).

No que diz respeito às migrações internacionais, de mais difícil previsão, devido à volatilidade do fenômeno, tudo indica que dada a inserção periférica do Brasil no sistema capitalista mundial e uma certa cultura migratória, a tendência é que o país se coloque no bloco de espaços ao mesmo tempo receptores e emissores de população, com taxas líquidas migratórias próximas a zero, alterando o sinal de positivo a negativo, conforme o dinamismo de sua economia *vis a vis* o comportamento econômico global.

Nesse sentido, a resposta à pergunta ao subtítulo do artigo parece óbvia, uma vez que os países centrais já se encontram num estágio avançado de envelhecimento populacional e Portugal e Espanha, paradigmas nesse trabalho, já experimentam crescimento vegetativo negativo. Portugal desde o início dos anos 2010 e Espanha a partir de 2015 (INE, 2014). Do ponto de vista das migrações, nosso estágio atual é idêntico aos dos países da Península Ibérica, também economias periféricas, com equilíbrio entre entradas e saídas de população. Parece improvável que cheguemos a ser país de forte atração migratória, papel reservado aos países centrais na economia mundial, mas tão pouco seremos um país de forte emigração, característica dos países menos integrados ao circuito global do capital.

A interrogação real é: como enfrentar os desafios colocados pela dinâmica demográfica, dado que podemos recorrer às experiências internacionais, lançando mão das boas práticas na construção de respostas a esses desafios?

Mais que uma questão quantitativa, ou seja, qual o tamanho de população desejado, o ponto central é qualitativo, que estrutura etária deve ter essa população? Sabendo que tanto um aspecto quanto o outro são determinados socialmente, parece pouco desejável/viável uma população com característica de pirâmide invertida. Como garantir a sustentabilidade dessa população? Em relação ao desenvolvimento econômico, até que ponto os possíveis ganhos de produtividade e mesmo inovações tecnológicas, como por exemplo a indústria 4.0, aumento da taxa de atividade feminina e incorporação ao mercado de trabalho de pessoas com mais de 65 anos poderão compensar a redução esperada da população em idade ativa? Quanto aos cuidados necessários ao segmento idoso, neste cenário, o maior grupo etário em valores absolutos, por mais que sejam criados equipamentos com essa finalidade, como equacionar a demanda por mão-de-obra numa atividade caracterizada pelo trabalho intensivo? Sem contar a questão do financiamento da proteção social (aí incluídas saúde e previdência social), num mercado de trabalho cada vez mais restritivo e excludente, forçando que sejam mantidos programas de transferência de renda para o segmento da população social e economicamente excluído.

Bacci (2012), tratando as migrações internacionais, descreveu que no enfrentamento aos desafios da dinâmica demográfica os países se constituíram em dois blocos bem definidos: *modelo de sociedade fechada* – baseado nas mais profundas tradições, a continuidade da sociedade se daria basicamente pela reprodução biológica.

Com isso, valorizam seus próprios recursos humanos no enfrentamento da questão do envelhecimento populacional, apostando na retomada dos níveis de fecundidade, caso típico do Japão, onde a imigração é residual; e o *modelo de sociedade aberta* - a imigração seria importante na contribuição ao equilíbrio demográfico, econômico e social. São sociedades que acreditam que a reprodução é também social, para tanto investem na integração social do migrante, como por exemplo na Suíça, Canadá e Austrália².

Como então poderíamos enfrentar as questões colocadas pela dinâmica demográfica? A opção por políticas de incentivo à fecundidade teria um caminho mais longo a ser percorrido, uma vez que questões básicas como acesso ao planejamento familiar, aborto, reprodução assistida, equipamentos de cuidados infantil, entre outras, encontram-se em estágios incipientes. Se o modelo a ser seguido for, por exemplo, o da Suécia, que encontra-se entre os países que proporcionaram maior grau de resposta, o Brasil teria que avançar em políticas de gênero, que necessariamente irão requerer um maior grau de conscientização da sociedade, bem como alterar as relações trabalhistas, flexibilizando o acesso para o cuidado das crianças no primeiro ano de vida.

No tocante às migrações internacionais, essas assumiram uma importância central na agenda política e social ao final do século XX, início do XXI, tornando-se, em muitos casos, objeto de disputas de projetos políticos (BACCI, 2012). Apesar do caráter restritivo, presente em quase todas experiências de políticas voltadas para a migração, que se espalham pelos diversos países, o recurso à força de trabalho estrangeira tem sido fundamental para manter o desenvolvimento das atividades econômicas, frente à escassez de mão-de-obra nativa, constituindo-se num importante instrumento de enfrentamento ao envelhecimento populacional (FERNANDES et al, 2014, PEIXOTO, 2007), como foi no caso de Espanha e Portugal, nos primeiros anos da década de 2000, e está sendo agora na Alemanha, que pratica política de atração de força de trabalho especializada dos outros países europeus de menor grau de desenvolvimento (HEIMANN, 2014), e Suíça, onde a mão-de-obra autóctone cobre apenas 3.000 postos, dos 20.000 gerados pelas aposentadorias no setor industrial (El PAÍS, 2014).

No Brasil, o debate sobre a questão migratória já está colocado e em estágio avançado de discussão, embora sua relevância tenha levado a embates de posições e ideologias conflitivas (PATARRA, 2012). Do enfrentamento entre aqueles que são contrários à imigração; dos que enxergam a migração do ponto de vista utilitarista, visando tão somente o retorno econômico; e os que olham a migração sob o prisma das garantias dos direitos humanos dos migrantes, sairá o desenho das políticas migratórias no país.

Defende-se que essas políticas, necessárias ao enfrentamento aos desafios demográficos, devem ser baseadas no princípio das garantias de direitos dos imigrantes e que longe de ser uma ameaça ou algo impossível de serem reguladas, são uma das

² Cabe ressaltar que, no momento em que o artigo estava sendo escrito, alguns setores sociais questionavam a presença dos imigrantes na Suíça, inclusive com a convocação de um referendo para barrar a imigração.

soluções possíveis para amenizar os efeitos do envelhecimento populacional, sobretudo porque:

Las condiciones económicas, políticas y sociales del país receptor establecen los parámetros de los flujos migratorios. Puede que pase algún tiempo hasta que estos flujos se ajusten a los cambios en el niveles de la demanda o saturación de oportunidades laborales, pero siempre acaban tendiendo a ajustarse a las condiciones de los países receptores, incluso aunque esos ajustes sean imperfectos. ...

... Si el tamaño y la duración están, en conjunto, configurados por las condiciones de los países receptores, entonces existe la posibilidad de políticas inmigración razonablemente eficaces. ... La aplicación de una política eficaz no significa necesariamente una sincronización perfecta entre las condiciones del país receptor y el aflujo y asentamiento de inmigrantes. Eso no ocurrirá jamás; la inmigración es un proceso sujeto a la voluntad y a la acción de seres humanos con identidades y trayectorias vitales que no pueden encajarse simplemente en el concepto de <<inmigrante>> que sirve a los intereses políticos, económicos, y sociales del país receptor (SASSEN, 2012, p.185)

...

Si podemos aceptar que la migración no es una mera agregación de decisiones individuales, sino un proceso cuyas pautas e configuración se ajusta a sistemas político-económicos existentes, entonces se hace más que manejable la cuestión del control y la regulación. Los sistemas en los que se integran las migraciones contienen sus propias fuerzas reguladoras. Los desbordamientos tienden a ser de escasa importancia... (SASSEN, 2012, p. 207-208)

O Brasil poderia praticar um “modelo híbrido”, aplicando ações de estímulo à atração de imigrantes e à natalidade. Sua configuração enquanto nação, sua história, e sua diversidade cultural foram forjadas com a contribuição dos indígenas, negros e imigrantes que aqui aportaram, sobretudo a partir do século XIX, resultado de políticas migratórias. Apesar da polarização em torno da questão migratória, parece provável que as forças sociais que apoiam tais políticas saiam hegemônicas do debate político que vem sendo travado. No que tange à retomada nos níveis de fecundidade, mesmo entendendo que as políticas de incentivo à natalidade apresentam, no geral, baixo grau de resposta, seria importante que fossem implementadas no país, dado que imigração por si só não daria conta de um contingente mínimo necessário de população em idade ativa que possa estabelecer o equilíbrio da estrutura etária e garantir as condições para um desenvolvimento econômico e social sustentado.

Por oportuno, Camarano (IPEA, 2014) organizou um livro que trata do novo regime demográfico e sua relação com população e desenvolvimento. Mesmo antes de ser lançado, o livro já havia provocado um interessante debate sobre a pertinência e/ou a possibilidade da elaboração de políticas que viessem fazer frente aos desafios do envelhecimento populacional, em especial, as políticas de incentivo à natalidade e imigração. O ceticismo como parte dos demógrafos se coloca é plenamente justificado, tendo em vista o estado da arte de questões associadas à saúde sexual e reprodutiva, reprodução assistida, infraestrutura de cuidado e atenção às crianças e às relações de gênero instauradas na sociedade brasileira, isto no âmbito das políticas pronatalistas. No que tange às migrações, o estatuto jurídico em vigor no país, herdado dos tempos da ditadura, baseia-se na doutrina da segurança nacional, enxergando o imigrante como um potencial inimigo da nação. Num quadro desses, realmente é difícil acreditar que qualquer política que seja venha a ser efetiva. Mas, o mais importante é que o debate

está colocado e que a comunidade de demógrafos assuma o protagonismo nessa importante e necessária discussão, aportando com a rica diversidade de pensamentos existentes entre esses especialistas.

6. Considerações finais

Como visto, em vários momentos da história, as migrações internacionais serviram como espécie de “válvula reguladora” dos estágios da evolução demográfica e desenvolvimento econômico e social em cada sociedade, abrindo-se ou fechando-se de acordo com o crescimento natural, capacidade de absorção do mercado de trabalho e as políticas migratórias vigentes. O Brasil, para chegar aos níveis baixos de fecundidade, ao contrário dos países desenvolvidos, não experimentou uma “segunda transição”, seguiu uma trajetória sustentada de declínio nas TFTs. No que se refere aos movimentos internacionais de população, se colocou entre os países de imigração, experimentou um curto período de fortes saídas e agora parece experimentar pauta migratória semelhante à dos países de inserção periférica, sendo simultaneamente receptor e emissor de migração.

Para o país está colocado um cenário que aponta para o envelhecimento populacional: nas próximas duas ou três décadas o número de idosos superará o de crianças e a população em idade ativa reduzirá de tamanho, ou seja, num curto espaço de tempo, será uma força de trabalho menor para suportar todos os custos sociais de uma população envelhecida. Apostar que o aumento de produtividade, que nesse cenário teria que vir necessariamente com investimento em educação de qualidade e tecnologia, e a ampliação do mercado de trabalho incorporando mais mulheres e idosos sejam suficientes para dar resposta aos desafios demográficos que se colocam para a sociedade brasileira, parece pouco. Os países centrais, e mesmo aqueles de economia periférica na Europa, em estágio mais avançado na evolução populacional, além dessas têm implementado, em maior ou menor grau, medidas de enfrentamento às questões demográficas, seja com políticas de incentivo à natalidade, seja com políticas de atração de migrantes. O que favorece a eleição, entre as melhores práticas, aquelas possam ser aplicadas no país.

Seria um grande equívoco acreditar que políticas isoladas de incentivo à natalidade ou à imigração alcançarão algum êxito caso não estejam integradas a um projeto maior de nação. Não se trata de dizer para as mulheres que elas devem ter mais filhos, se muitas delas não têm, sequer, acesso a programas de planejamento familiar e muito menos onde deixarem suas crianças para que possam trabalhar e estudar. Outras, mais bem situadas na estrutura social, que podem escolher o número de filhos que querem ter e pagar pelo acesso à reprodução assistida e por equipamentos privados para o cuidado dessas crianças, enfrentam relações de trabalho, de proteção social e de gênero que desestimulam a maternidade. Por outro lado, não basta a vontade de ter em nossa população residente 3% de estrangeiros, preferencialmente especializados, ou que se abra as fronteiras e “venha quem quiser”.

O país necessita de políticas universais que façam frente os desafios aos limites estruturais na distribuição de renda, nas relações de trabalho, no financiamento da proteção social, nas desigualdades no acesso de bens e serviços básicos (saúde,

educação, previdência, assistência, segurança alimentar, habitação, saneamento, transporte público, entre outros). O que deve ser buscado pela sociedade brasileira é um projeto de desenvolvimento que incorpore a dimensão social (FPA, 2013).

No caso do enfrentamento às questões colocadas pela dinâmica demográfica, o financiamento da previdência e assistência deveria vir da taxação das grandes fortunas e dos ganhos de produtividade do capital. Em relação à saúde e à educação, só a oferta de serviços de qualidade, com efetiva universalização ao acesso, poderia oferecer as bases para enfrentar o iminente envelhecimento populacional. Torna-se imperioso garantir a atenção adequada à população idosa ante a esperada maior incidência de morbidades como neoplasias, traumatismos e acidentes vascular cerebrais e cardiológicos; como também, assegurar a melhoria do ensino nos três níveis (fundamental, médio e superior), para que se possa dar o salto tecnológico e atingir o necessário aumento nos níveis de produtividade. Além de percentual do PIB e dos *royalties* do petróleo, outras fontes de financiamento para essas áreas, em especial a da saúde, poderiam vir da tributação de produtos que causam agravo, como bebida, fumo, automóvel, além da importante discussão sobre a quebra de patentes das inovações em medicamentos e equipamentos médicos (OLIVEIRA, 2013).

A essas políticas mais gerais, se somariam aquelas específicas, por um lado, de incentivo à natalidade que proporcionasse, entre outras medidas, o acesso universal ao planejamento familiar; oferta de serviços de reprodução assistida em hospitais públicos; equipamentos públicos de cuidados e atenção à criança; implementação políticas de gênero, priorizando a conscientização do cuidado compartilhado por homens e mulheres; alteração na legislação trabalhista, permitindo que a licença para cuidado dos recém-nascidos possa vir a ser compartilhada por mãe, pai ou avós; incentivos financeiros por filho tido, num limite a ser estabelecido socialmente. Por outro, implementar políticas migratórias explícitas, que não se resumam apenas em atrair imigrantes, mas também criar estruturas e mecanismos que permitam a plena inserção deles na sociedade brasileira, entre outras: *trabalho decente* - evitando situações de superexploração da mão-de-obra imigrante, com casos análogos ao trabalho escravo, além de buscar aproveitar, ao máximo, as habilidades dessa força de trabalho; *pleno acesso aos serviços públicos* - educação, saúde e assistência social; *moradia digna* - habitabilidade satisfatória e acessibilidade urbana; *sociabilidade* - aprendizagem do nosso idioma, respeito às diferenças culturais e religiosas, gerando condições de plena integração à comunidade/vizinhança; *direitos políticos* - direito a votar e ser votado, no mínimo, no âmbito municipal. Enfim, uma política migratória baseada na garantia dos direitos humanos dos imigrantes.

Em resumo, o desafio demográfico é só uma dimensão dos desafios estruturais nos campos político, social, econômico e ambiental. Só a conjugação de todos esses esforços conduzirá a uma nação justa, com inclusão social e econômica, baseada nas garantias de direitos e equilibrada demograficamente.

Por fim, entende-se por central o papel que a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP) devem desempenhar no debate com a sociedade e governo a respeito do futuro

cenário demográfico no país e da pertinência ou não da implementação de políticas públicas voltadas para o incentivo da natalidade e da imigração.

7. Referências

ARANGO, Joaquín “Nuevos patrones migratorios en el contexto de la crisis económica. El caso de España”, en Ana María Aragonés (ed.), *Crisis económica y migración. ¿Impactos temporales o estructurales?* México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

ARANGO, Joaquín Las migraciones internacionales en un mundo globalizado. Vanguardia Dossier. Barcelona: **La Vanguardia Ediciones**, nº 22, enero-marzo de 2007, pp. 6-17.

ARANGO, Joaquín **La modernización demográfica de la sociedad española**. In: La economía española en el siglo XX: Una perspectiva histórica. Barcelona: Editora Ariel, 1987, p.201-236.

ARANGO, Joaquín La teoría de la transición demográfica y la experiencia histórica. Madrid: **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, nº 10, 1980, pp 169-198.

ARRANZ, Estrella R. La transición demográfica en España. Madrid: **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, nº 10, 1980, pp 233-240.

BACCI, Livi M. **Breve historia de las migraciones**. Traducción: Marco Aurelio Galmarini. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

BAGANHA, Maria Ionnis B. As correntes migratórias portuguesas no século XX e seu impacto na economia nacional. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: **Análise Social**, vol. XXIX, nº 128, 1994 pp. 950-980.

BAUMAN, Zygmunt **Vidas desperdiçadas: La modernidad y sus parias**. Traducción, Pablo Hermida Lascano. Barcelona: Paidós, 2013.

BERQUÓ, Elza **A evolução demográfica da população brasileira durante o século XX**. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/pos/dm/selecao/2009/texto_berquo.pdf. Acessado em 15/10/2014, às 13:50h.

BRITO, F. A transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n.1, p. 5-26, 2008.

CANALES, Alejandro Retos teóricos de la Demografía en la sociedad contemporánea. **Papeles de Población**, Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México. Nº 40, abr-may, 2004, p.47-69.

CASTLES, Stephen **Migraciones internacionales a comienzos del siglo XXI: tendencias y problemas mundiales**. Revista Internacional de Ciencias Sociales. Paris: UNESCO, nº 165, 2000, pp.17-32.

IPEA Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Ana Amélia Camarano (Org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2014, 658 p.

CARVALHO, J. A. M. **O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação.** Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 13, n. 1, p. 227-237, jan./jun. 1996.

COALE, Ansley. WATKINS, Susan C. The decline of fertility in Europe. **Population and Development Review**, vol. 12, nº2, 1986, pp. 323-340. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1973115>, Acessado em 29/09/2014, às 13:40h.

DE MOTES, Jordi M El crecimiento moderno de la población de España de 1850 a 2001: una serie homogénea anual. Madrid. **Investigaciones de historia económica**, nº 10, 2008, pp.129-162.

EL PAÍS Suíça desafia EU com um referendo para impedir a entrada de imigrantes. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/29/internacional/1417293790_508726.html. Acesso em: 03/12/2014, às 17:25h

FARIA, V. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: ANPOCS (Org.), **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Vértice e Anpocs, 1989, p. 62-103.

FERNANDES, Duval et al Brazil and **International Migration in the Twenty-first century: flows and policies**. Paris: IFRI, Center for Migrations and Citizenship, 2014.

FPA Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. Ana Fonseca e Eduardo Fagnani (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

HEIMANN, C. Strategic combats in the policy field of inner- European mobility from Spain. In IMISCOE 11th Annual Conference. **Anais**. Madrid: IMISCOE, 2014.
INE Cifras de Población y Censos Demográficos/Proyecciones de Población, 2014. Disponível em: http://www.ine.es/inebaseDYN/propob30278/propob_inicio.htm Acessado em 03/12/2014, às 16:51h

IBGE, Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: **Série Relatórios Metodológicos**, vol. 40, 2013.

LEE, Ronald The demographic transition: Three centuries of fundamental change. Pittsburg: **Journal of Economics Perspectives**, vol.17, nº4, fall, 2003, p.167-190.

MARINI, Ruy M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012 (Coleção Pátria Grande I).

MENDES, A *et al* Assistência pública de saúde no contexto da transição demográfica brasileira: exigências atuais e futuras. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.28, n.5, p. 955-964, maio, 2012.

McKEOWN, Thomas Fertility, mortality and causes of death. An explanation of issues related to modern rise of population. **Population Studies**, vol 32, nº3, 1978, pp.535-542. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2173726>. Acessado em 30/09/2014, às 11:50h.

MORAIS, M.G.C.L.D. A Transição da Mortalidade e Estruturas de Causas de Morte em Portugal Continental Durante o Século XX. Universidade de Évora, 1999. **Tese de Doutoramento.**

NAZARETH, J. M. **A demografia portuguesa no século XX: principais linhas de evolução e transformação.** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: *Análise Social*, vol. XXI, 1985, 3º, 4º, 5º, pp. 963-980.

NONATO, F. et al. O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas. Mercado de Trabalho. IPEA Nota técnica, v.51, p. 29-41, mai, 2012.

OLIVEIRA, A.T.R. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro.** Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.

OLIVEIRA, A.T.R. Os desafios ao desenvolvimento econômico e social colocados pela dinâmica demográfica In: **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania.** Ana Fonseca e Eduardo Fagnani (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, vol. 2, p. 401-422, 2013.

OLIVEIRA, A.T.R e O'NEILL, M.V.C. Cenário sociodemográfico em 2022/2030 e distribuição territorial da população. Uso e ocupação do solo. In: FIOCRUZ *et al.* **A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas públicas de saúde.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/IPEA/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013, p.39-95.

OLIVEIRA, A. T. R. et al. **Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80.** In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI.* Campinas: Unicamp, 1996. p. 239-257

OLIVEIRA, Isabel T. **A transição da fecundidade e o sistema de respostas múltiplas em Portugal.** Lisboa: *Análise Social*, vol. XLII (183), 2007, p. 471-484.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA *et al* (orgs) **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo, SP. Boitempo, 2012, p.37-86.

PAIVA, P. T.; WAJNMAN S. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica. **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, v. 22, n.1, p. 303-322, 2005.

PATARRA, Neide L. O Brasil: país de imigração. **Revista e-metropolis.** Rio de Janeiro: Observatório das Cidades, ano 3, nº 9, junho de 2012, pp 6-18.

PEIXOTO, João. **A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos.** Congresso da CAIS/CEPCEP. Anais. Lisboa, 2012

PEIXOTO, João. **Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal.** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa: *Análise Social*, vol. XLII, nº 183, 2007 pp. 445-469.

PIRES, RUI P. et al Portugal: **An Atlas of international migrations**. Traslacion Traducta. Lisbon: Edições Tinta-da-China. Calouste Gulbekian Foundation, 2011.

RAVENSTEIN, E. G. As leis de migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SASSEN, Saskia **Inmigrantes y ciudadanos: De las migraciones masivas a la Europa fortaleza**. Traducción Jesús Alborés Rey. Siglo XXI de España Editores. Madrid. 2013.

SIMÕES, Celso C. S. **A Transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas**. Brasília: Fundo de População das Nações Unidas-UNFPA, 2006.

SIMÕES, Celso C.S. **Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2002.

SOARES, S.S.D. **O bônus demográfico relativo e absoluto no acesso à escola**. Texto para Discussão IPEA 1340. Rio de Janeiro, 2008.

ZELINSKY, Wilbur The Hypothesis of the Mobility Transition. New York: **Geographical Review**, Vol. 61, No. 2, Apr., 1971, p. 219-249.